

## **A UTOPIA DO PLANJAMENTO E O PLANEJAMENTO DA UTOPIA: O LONGO CAMINHO DE UM CONTRA-PLANEJAMENTO ATÉ O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL**

Rainer Randolph

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
rainer.randolph@gmail.com

### **A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de uma contra-planejamento até o alcance da justiça social (Resumo)**

O objetivo do presente ensaio é defender a necessidade e a importância da elaboração de uma perspectiva não-instrumental do planejamento como uma “utopia” que está inserida nas próprias contradições (potencialidades) das sociedades contemporâneas e, neste sentido, “localizada” – “não-utópica”. Ver-se-á durante a argumentação do texto que a própria práxis desse planejamento o torna “utópico” na medida em que vai contribuir, durante a realização de suas potencialidades, para a construção de uma utopia social da qual é elemento constituinte – condição e resultado. O raciocínio aqui desenvolvido lançará mão de uma abordagem que contempla a produção social da realidade na sua dimensão histórica; ou, em outras palavras, que estuda a realidade (sociedade) “em movimento” por meio de um pensamento “em movimento”. Procura oferecer, neste sentido, primeiras “pistas” para uma compreensão diferente da potencialidade do planejamento – e isto é apontar para uma utopia – na sua inserção em uma transformação profunda – “utópica” - da sociedade capitalista.

**Palavras chave:** utopia, planejamento, comunicação, cotidiano, subversão.

### **The planning utopia and the planning of utopia: the long road of counter-planning to the achievement of social justice (Abstract)**

The purpose of this essay is to defend the necessity and importance of developing a non-instrumental planning perspective as a "utopia" that is inserted into contradictions (potentialities) of contemporary societies and in this sense, "localized" - "not -utopian". We will see during the argument of the text that the very practice of this planning makes it "utopian" in the way it will contribute for the realization of the social potential for the construction of a social utopia of which this form of planning is a constituent element - condition and result. The reasoning developed here will resort to an approach that considers the social production of reality in its historical dimension; or, in other words, who studies reality (society) as "moving" through a thought "in motion." Seeks to provide, in this sense, first "clues" to a different understanding of planning capability - this is to aim for an utopia – and its the insertion in a profound transformation - "utopian" - of capitalist society.

**Keywords:** utopia, planning, communication, everyday life, subversion.

Após anos de relativo ostracismo de temáticas como desenvolvimento e planejamento nos países sob domínio do projeto neo-liberal (*Consenso de Washington*) – e o Brasil foi um deles até o início do novo milênio -, intervenção e planejamento públicos se viram alçados a formas indispensáveis para reestabelecer ordem e crescimento no bojo da crise financeira mundial de 2008. De alguma forma, as maciças intervenções nos países do Norte e especialmente aquelas realizadas pelo governo dos Estados Unidos da América conseguiram evitar que a ameaça ao próprio sistema capitalista se tornasse real.

Durante essa crise, num primeiro momento, alguns cientistas imaginavam que a crise pudesse abrir caminho para um futuro – uma “utopia”<sup>1</sup> – no qual a organização da sociedade (capitalista) não seja mais atribuída, preponderantemente, aos mecanismos de mercado. Entretanto, hoje, poucos anos depois, parece que essa esperança está minguando.

Especialmente no Brasil, os desdobramentos da recente crise, que tomou conta do país de uma forma avassaladora, parece tornar inviável a perspectiva que Estado e planejamento pudessem contribuir, legítima e duradouramente, à construção de uma “nova sociedade” na qual o neo-liberalismo perdesse sua força hegemônica e se iniciasse o advento – sem revolução e nem golpe - de uma sociedade mais justa e menos desigual. Em outras palavras, parece ter fracassado a ideia do planejamento abrir um caminho para uma utopia social – ou seja de um *planejamento de uma utopia*.

Na verdade, o planejamento, nos países capitalistas, nunca servia para este propósito; ao contrário, tradicionalmente, foi um instrumento para consolidar e reproduzir o sistema; uma “utopia” de conservação (reprodução) do status quo. Portanto, um “planejamento de uma (verdadeira) utopia” exigiria um “outro” planejamento que romperia com esta tradição. Ou seja, para poder falar de um “planejamento da utopia” teria que se supor uma outra “utopia”: um planejamento – como “utopia” – que não se distinguiria apenas pelo simples acréscimo de algum novo *adjetivo* de tantas outras formas preexistentes mas pela ruptura com essas modalidades anteriores – é por isto que se fala no título deste trabalho de um “contra-planejamento”.

Colocado em outros termos: ao imaginar que o caminho em direção a uma utopia social como a de uma sociedade justa, igualitária, democrática etc. pudesse ser facilitado ou mesmo possibilitado pelo planejamento – ou seja que houvesse a possibilidade de um “planejamento dessa utopia” – seria necessário construir, antes, uma “utopia do próprio planejamento”.

Porém, por sua vez, é difícil imaginar um planejamento diferente - essa “utopia do planejamento” – no contexto da sociedade capitalista presente. Ou seja a realização de uma “utopia do planejamento” parece pressupor uma outra sociedade - aquela sociedade

---

<sup>1</sup> O uso de aspas em alguns dos termos aqui introduzidos se justifica por duas razões: ou se referem a significados ambíguos que estão sendo atribuídos aos termos por diferentes perspectivas e referências conceituais que não podem ser explicitadas aqui; ou estão vinculados a noções introduzidas por outros autores às quais remetem. No primeiro caso é uma alerta ao leitor de estar consciente dessa ambiguidade. Especialmente os termos “utopia”, central para nossa discussão, tanto quanto “utopia do planejamento” ou “planejamento da utopia” só ganharão um significado mais determinado durante a própria discussão deste texto. Também o uso metafórico de alguns termos é anunciado com aspas.

“utópica” – que seria o resultado do planejamento. Em termos lógicos, estamos aqui diante de um aparente paradoxo onde a produção (social) de um fenômeno pressupõe sua própria existência enquanto condição; em outras palavras, o resultado é condição para sua própria produção. Ou ainda, a “utopia do planejamento” pressuporia a realização de uma utopia (social) para cuja produção este novo planejamento seria pressuposto (ao menos para superar as forças reprodutoras do tradicional planejamento).

Esse paradoxo deixa de existir quando se compreende a realidade (social) como socialmente produzido (uma produção social) onde condições e resultados desse processo estão vinculados histórica e dialeticamente.

Por isto, a primeira parte do atual ensaio vai ser dedicada a um confronto entre três compreensões de planejamento que trazem em seu bojo uma reflexão sobre a trajetória de suas formulações em diferentes momentos históricos e distintas condições sociais e políticas.

Não é o caso aprofundar uma discussão sobre diferentes formas ou modelos de planejamento, mas chamar atenção para o fato que muitas das propostas de planejamento concretamente discutidas e implantadas negligenciam as próprias condições sociais da sua formulação e realização e atribuem, aí sim paradoxalmente, seus possíveis fracassos a estas condições que, propositalmente, não foram levados em condição na hora da sua formulação.

O planejamento compartilha, assim, uma negação que caracteriza qualquer intenção de transformação da realidade na medida em que procura, de alguma maneira, “superar” uma realidade “presente” (a ser transformada) a favor de um “futuro” possível.

É uma característica de todas as utopias como veremos também na primeira parte do presente ensaio por meio de uma breve reflexão sobre o “esgotamento das energias utópicas” nos tempos atuais, onde o Habermas<sup>2</sup> se debruça sobre uma certa trajetória da utopia.

É intenção dessa primeira parte iniciar uma argumentação que seguirá durante o ensaio inteiro é comprovar que – apesar de tudo – faz sentido e é importante elaborar uma perspectiva não-instrumental do planejamento como uma “utopia concreta”, como se verá mais adiante, que está inserida nas próprias contradições (potencialidades) das sociedades contemporâneas e, neste sentido, socialmente localizada. É nossa hipótese que a própria *práxis desse planejamento* o torna “utópico” na medida em que vai contribuir, durante a realização de suas potencialidades, para a construção da uma utopia social da qual é elemento constituinte – condição e resultado.

O raciocínio aqui desenvolvido lançará mão de uma abordagem que contempla a produção social da realidade na sua dimensão histórica; ou, em outras palavras, que estuda a realidade (sociedade) “em movimento”. Conforme Lefebvre, para conseguir isto, torna-se necessário que o próprio pensamento (que faz parte dessa realidade/sociedade) se coloca “em movimento” o que significa, por sua vez, que apenas uma abordagem dialética vai dar conta dessa realidade. Dar umas primeiras

---

<sup>2</sup> Habermas, 1987.

“pistas” para uma compreensão diferente da potencialidade do planejamento – é isto é apontar para uma “utopia” – é a finalidade última das páginas que se seguem.

### Utopia, modernidade e tempo

Ao explicitar sua perspectiva sobre a trajetória da utopia desde o fim do século XVIII, Habermas<sup>3</sup> chama atenção que naquele momento se formou uma nova consciência do tempo onde este designa a própria época atual e não mais a eternidade vindoura que ia surgir até o dia do juízo final. Desde então, conforme o autor, “passado” e “futuro” se instauram a partir de uma concepção onde a atualidade é uma passagem para o novo. Essa atualidade – o presente – “vive na consciência da transitoriedade dos acontecimentos históricos e na expectativa de outras configurações no futuro. A atualidade lineariza o rompimento com o passado como renovação contínua”<sup>4</sup>.

Desaparece a confiança que problemas presentes pudessem ser solucionados em relação a exemplos do passado; outras épocas não servem mais como orientação para superação de problemas do passado e o tempo se torna um recurso escasso para realizar isto. Assim, como diz o autor, a modernidade se encontra “completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesmo sua normatividade. Daqui em diante, a atualidade autêntica é o lugar onde se entrelaçam a continuação da tradição e a inovação”<sup>5</sup>. O planejamento pertence, certamente, a esse *lugar* de *entrelaçamento* entre tradição e inovação.

Ao falar da compreensão da utopia por autores do século XIX e XX, Habermas coloca:

“As utopias clássicas sobre formas de vida melhores e menos ameaçadas apresentavam-se, como Fourier observou, como um "sonho do bem — sem meios para a própria realização, sem método". Não obstante suas referências críticas através do tempo, eles ainda não se interligaram com a história. Essa situação se modifica apenas quando Mercier, um discípulo de Rousseau, projeta — com seu romance prospectivo sobre a Paris do ano 2440 — essa ilha de bonança de regiões espacialmente longínquas em um futuro distante — retratando, desse modo, expectativas escatológicas sobre a futura restauração do paraíso no âmago mundano do progresso histórico. Mas tão logo utopia e história tocam-se desse modo, transforma-se o talhe clássico da utopia, o romance alegórico-político despoja-se de seu traço romanesco”.

“Daí em diante, quem for mais sensível às energias utópicas do espírito da época promoverá mais vigorosamente a fusão do pensamento utópico com o pensamento histórico. Robert Owen e Saint Simon, Fourier e Proudhon rejeitavam o utopismo violento, sendo em contrapartida acusados de "socialistas utópicos" por Marx e Engels. Só em nosso século Ernst Bloch e Karl Mannheim purificaram o termo "utopia" do ressaibo do utopismo e o reabilitaram como médium insuspeito para o *projeto de possibilidades alternativas de vida, que devem estar potencializadas no próprio processo histórico*. A perspectiva utópica inscreveu-se na própria consciência da história politicamente eficaz”<sup>6</sup>.

Mas, como segue o texto: “pelo menos assim pareceu como ontem. Hoje as energias utópicas apresentam ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico”. E, na opinião do autor, o próprio planejamento, originalmente apresentado

---

<sup>3</sup> Habermas, 1987.

<sup>4</sup> Habermas, 1987, 103.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Habermas, 1987, 104, destaque por nós.

como instrumento para um controle de natureza e sociedade, se transformou em potencial desagregador e destruidor dessas energias o que leva a transformar autonomia em dependência, emancipação em opressão e racionalidade em irracionalidade.

Como Habermas, Boaventura Santos<sup>7</sup> realiza uma leitura do tempo e destaca a modificação pela qual passou na nossa época. A desvalorização das experiências sociais cotidianas, à qual a própria ciência ocidental tradicional e, em tabelinha, o planejamento tradicional contribuíram, resulta num desperdício proposital enorme dessas experiências sociais que, na opinião desse autor, significariam um potencial – “energias utópicas” nas palavras de Habermas - para qualquer transformação da sociedade. Alternativas à globalização neoliberal e capitalismo global produzidas por movimentos sociais e organizações não governamentais são sistematicamente escondidas e desacreditadas<sup>8</sup>.

Propõe, para mudar essa situação, o abandono do modelo de racionalidade ocidental dominante durante pelo menos os últimos 200 anos, pois “todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”<sup>9</sup>. O autor vê duas características fundamentais que são responsáveis para estes efeitos. São

“por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, transformou o presente num instante fugido, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente”<sup>10</sup>.

A reversão dessa situação e a construção de uma nova racionalidade que “nesta fase de transição, terá a seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar um espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje”. Para “expandir o presente”, Santos<sup>11</sup> propõe uma *sociologia das ausências*; para “contrair o futuro”, uma *sociologia das emergências*. Não será possível, neste momento, aprofundar essas propostas desse autor.

### **Potencialidade do cotidiano e formas do planejamento**

Com o apontado esgotamento ou desperdício de “energias utópicas” no item anterior, fica evidente o desafio para um estudo que procura identificar uma utopia da sociedade que tem como condição e resultado a própria utopia do planejamento. Como será mostrado mais adiante, esse desafio será vencido na medida em que serão descobertas novas “energia utópicas” exatamente no avanço simultâneo – ou mesmo dialético – de uma utopia social vinculada e uma utopia do planejamento.

Como primeiro passo, é necessário observar as potencialidades de transformações

---

<sup>7</sup> Santos, 2003, 2004.

<sup>8</sup> Randolph, 2007.

<sup>9</sup> Santos, 2003, p. 2s.

<sup>10</sup> Santos, 2003, p. 3.

<sup>11</sup> Santos,, 2003, p. 4.

sociais e a formulação do planejamento separadamente: (i) as primeiras transformações se identifica na mobilização das forças do cotidiano, do “underground”, da incorporação de experiências sociais desperdiçadas, de falas, atitudes e ações subversivas, insurgentes e outras; (ii) em relação ao planejamento serão investigadas formulações que superam as tradicionais práticas instrumentais-tecnocráticas e apontam para uma práxis do planejamento que contribua para a realização das potencialidades dessas forças. É nessa articulação dialética (histórica) entre condição e resultado que as duas utopias – a social e a do planejamento – tornar-se-ão utopias “concretas”<sup>12</sup>.

Num raciocínio que tem uma certa afinidade com os autores antes citados, Habermas e Santos, Certeau vê a base para transformações sociais na potencialidade do cotidiano por meio de suas múltiplas manifestações de astúcia e anti-disciplina<sup>13</sup>. Ao se opor à abordagem das “redes de vigilâncias” e do “microfísica do poder” de Foucault, recomenda que é mais urgente de descobrir como a sociedade não se reduz a redes nem à microfísica do poder:

“que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política”<sup>14</sup>.

O autor realiza toda uma pesquisa para descobrir a que regras obedecem essas operações minúsculas do cotidiano que são “fragmentárias, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos das quais elas são os modos se usar, e portanto desprovidas de ideologias e instituições próprias”<sup>15</sup>.

Em sua crítica a Foucault, Certeau aponta que esta negligência da astúcia de grupos e indivíduos e sua anti disciplina no cotidiano leva esta autor a substituir

“a análise dos aparelhos que exercem o poder (isto é das instituições localizáveis, expansionistas, repressivas e legais) pela dos “dispositivos” que “vampirizam” as instituições e reorganizaram clandestinamente o funcionamento do poder: procedimentos técnicos “minúsculos” atuando sobre e com os detalhes, redistribuíram o espaço para transformá-lo no operador de uma “vigilância” generalizada”<sup>16</sup>.

Habermas colocaria essa “vampirização” (por uma lógica instrumental) e *astúcia* e *anti-disciplina* (intrínseca a uma lógica comunicativa do cotidiano) em outros termos, mas identifica formas semelhantes de resistência e subversão enquanto desvios de compreensão e da produção de incompreensões propositais que protegem uma racionalidade comunicativa dos avanços de uma racionalidade instrumental; mais tarde voltaremos a isto. Aqui não se trata de um combate aberto entre duas racionalidades, mas de uma verdadeira subversão diária - ou seja anti-disciplina - de regras, ordens e orientações, na esfera privada que são imposições dos sistemas à vida das pessoas.

Se o cotidiano é o lugar (ou não-lugar, a utopia) da astúcia e da anti-disciplina para Certeau, é o mundo da vida do Habermas onde a regra para as práticas cotidianas deriva

---

<sup>12</sup> Vide Limonad, 2016.

<sup>13</sup> Certeau, 1998, p. 42.

<sup>14</sup> Certeau 1998, p. 41.

<sup>15</sup> Certeau, 1999, 42.

<sup>16</sup> Certeau 1998, p. 41.

de uma lógica comunicativa das ações e que sofre as ações de colonização por parte de instituições (do sistema). A leitura de Certeau reforça, se bem a partir de uma perspectiva diferente, essa distinção que será adotada no presente trabalho entre um agir instrumental, “vampiresco”, das instituições e a ação comunicativa com sua força de astúcia e anti-disciplina que se opõe a ele.

Um outro argumento a favor da potencialidade dessa “força revolucionária do cotidiano” é fornecido por Vaneigem<sup>17</sup>. Para ele essa força parecia ter, em determinados momentos da história, a potencialidade de inaugurar uma nova sociedade. Mas, por exemplo nos fins dos anos de 1960, não foi suficiente para isto. Passaram-se quase 60 anos desde então e os levantamentos que o autor acompanhou em Praga, Estocolmo, Gdansk e tantos outros lugares não resultaram nas mudanças esperadas. Por isto Vaneigem fica se questionando

“por que aquela luta não foi se intensificando, mesmo quando a miséria se mostrou universal naquela época. E, responde que isto aconteceu por que não se superou as razões particulares das lutas – ‘a fome, as restrições, o tédio, doença, ansiedade, isolamento, o engano’. E, ao não conseguir superar a percepção dessas razões como particulares, não foi revelada ou reconhecida a *profunda racionalidade* dessa miséria, seu *vazio onipresente*, sua chocante *abstração opressiva*. Como diz Vaneigem, devem ser responsabilizados pela miséria “o mundo do poder hierárquico, o mundo do Estado, de sacrifício, de câmbio e do quantitativo – a mercadoria como vontade e como representação do mundo”<sup>18</sup>.

Em outras palavras, uma transformação social profunda – a utopia da sociedade justa, sem desigualdade e sem opressão – não se realizou mesmo com a presença e as potencialidade das forças de insurreição, de anti-disciplina e astúcia e de ações que procuraram subverter a sociedade existente porque as razões da miséria, da qual fala Vaneigem, não foram reconhecidas em toda sua profunda racionalidade, seu vazio e opressão abstrata. Ao afirmar a percepção da particularidade das razões dessa miséria, o planejamento como parte do “mundo do Estado” apenas contribuiu para que as forças não desenvolvessem suas potencialidades<sup>19</sup> – potencialidades que são inscritas na realidade cuja realização é sempre contingente.

Como afirmado antes, a hipótese do presente trabalho é que o planejamento, ele mesmo, há potencialidades cuja *realização* dependem de determinadas condições sociais que precisam ser criadas, em parte, *por ele mesmo*. Foi este o significado do paradoxo do vínculo entre condição da utopia do planejamento e seu resultado. O raciocínio de Vaneigem confere uma certa plausibilidade a essa hipótese.

Não obstante, antes de procurar por essa potencialidade – “utopia” – é necessário entrar numa discussão do próprio planejamento nas suas expressões não-utópicos ou mesmo anti-utópicas.

No contexto da atual investigação, não é necessário aprofundar a análise da trajetória do planejamento<sup>20</sup>. Nem é a intenção de mostrar como, tradicionalmente, as contribuições

---

<sup>17</sup> Vaneigem, 1967.

<sup>18</sup> Randolph, 2014, p. 46, grifos do autor, tradução nossa.

<sup>19</sup> Desperdiçando, propositalmente, as experiências sociais ou mesmo criminalizando-as em parte, vide Santos 2003.

<sup>20</sup> Vide a discussão em Limonad, 2015.

de diferentes formas de planejamento e o envolvimento mesmo de planejadores críticos para formular e implementar soluções planejadas resultaram, na maioria das vezes, no reestabelecimento do status quo. Ou mesmo elaborar uma crítica a respeito das falhas ou incapacidades do planejamento e intervenções de contribuir para o surgimento de uma “nova” sociedade; aliás, um resultado que, como foi dito antes, geralmente nem mesmo foi objetivo das intervenções.

Mas, será lançado mão de uma abordagem específica<sup>21</sup> que pontua um avanço entre três diferentes modos de planejamento que procura mostrar, esquematicamente, suas características através de alguns critérios que são considerados fundamentais para identificar as diferenças.

São expressas, essas diferenças, em uma característica que sintetiza, de alguma forma, os demais critérios que servem para detalhar determinados aspectos do planejamento. No Quadro 1 estes três modos representam uma trajetória que parte do modo do planejamento comunicativo, passa por um modo diferencial e termina num planejamento subversivo<sup>22</sup>. As mencionadas características sintetizadoras ou constituintes são, para cada modo, respectivamente, a situação social da comunicação que condiciona o planejamento, o espaço social como fundamento de um planejamento diferencial e o tempo social que está na base do modo subversivo.

**Quadro 1 – Diferentes Modos de Planejamento**

MODOS	PLANEJAMENTO COMUNICATIVO	PLANEJAMENTO DIFERENCIAL DO ESPAÇO	PLANEJAMENTO SUBVERSIVO
Constituintes – Centro da formulação	SITUAÇÃO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO	ESPAÇO SOCIAL COMO PRODUTO SOCIAL	TEMPO SOCIAL DA MODERNIDADE
(i) Referências teóricas	Jürgen Habermas (1997)	Henri Lefebvre (1991)	Boaventura de Souza Santos (2003)
(ii) Conflitos/contradições	Sistemas vs. Mundo da Vida ou Núcleo do sistema político vs. Periferias sócio-políticas	Representação do espaço vs. Espaços de representação (vs. Práticas espaciais – Tríade)	Globalização neoliberal vs. luta de movimentos sociais e ONGs
(iii) Expressão das contradições	Colonização do mundo da vida pelos sistemas econômicos e administrativos	Dominação das concepções dos arquitetos, urbanistas e planejadores	Desperdício da riqueza de experiências sociais (particularmente fora do centro hegemônico)
(iv) Manifestação	Instrumentalização de todas as manifestações sociais	Concepção abstrata do espaço	Concepção linear do tempo
(v) Lógicas contraditórias em jogo (causas)	Razão instrumental vs. razão comunicativa	Lógica dominante vs. “underground” das expressões no cotidiano, nas artes etc.	Razão indolente (dominante no ocidente nos últimos 200 anos) vs. razão cosmopolita;
(vi) Fontes de uma possível transformação	Expressões no mundo da vida e na periferia do sistema sócio-político	Corpo, cotidiano: espaço concreto	Criar espaço-tempo necessário para valorizar a experiência social
(vii) Caminhos de superação	Ressonância das demandas periféricas na	Fortalecimento do consumo do espaço e da	Combate à concepção linear do tempo

<sup>21</sup> Vide Randolph, 2009.

<sup>22</sup> Randolph, 2009.



	Esfera pública política	sua vivência	
(viii) Papel do Planejamento	Mediação entre as duas razões ou reforço ao poder comunicativo	Fortalecimento da vivência do espaço em relação à concepção dominante	Exercer a sociologia das ausências; sociologia das emergências

Fonte: Elaboração própria

Neste mesmo Quadro 1 se indica, para cada modo, suas propriedades em relação (i) às concepções teóricas que são sua referências, (ii) como cada um dos modos incorpora determinados conflitos, contradições, (iii) sua expressão e (iv) manifestação. Quais as (v) lógicas contraditórias que cada modo procura explorar (vi) para contribuir a transformações, (vii) quais seus caminhos e qual a (viii) contribuição específico de cada modo de planejamento para a transformação.

Sem querer aprofundar a explicação deste Quadro 1 – sua apresentação serve para documentar a complexidade das diferenças entre estes modos de planejamento<sup>23</sup> -, o que interessa neste momento é mostrar como os diferentes modos de planejamento incorporam (ou não), na sua própria concepção, as condições “objetivas” de sua formulação e realização. Essa incorporação de seus condicionantes os confere determinadas potencialidades, mas também limitações. É isto o que se pode observar a respeito de cada um dos critérios mencionados, na passagem da coluna do modo *comunicativo* ao modo *diferencial* que procura dar conta de determinadas contradições que se manifestam no espaço e em relação a espaços (espacialidades), até o modo *subversivo* que está relacionado a determinadas lógicas temporais (temporalidades) que se constituem como condições do planejamento.

Sem nenhuma das três formas constituírem a procurada “utopia do planejamento”, apontam para um aspecto cuja investigação parece ser promissor à superação (ou subversão) do acima mencionado paradoxo na medida que todos identificam contradições nas sociedades contemporâneas que vão na mesma direção.

Primeiro, uma “utopia concreta”<sup>24</sup> como projeção para um futuro possível precisa estar baseada na imanência das potencialidades que podem ser responsáveis pela – mas não necessariamente determinam – sua realização. Realização, aqui entendido como “presenteificação” de um futuro cujas potencialidades podem ser verificadas no presente; isto caracteriza, na opinião de alguns autores, uma utopia como *concreta* e sua potencialidade em determinado momento como *imane*nte (não dependendo de influências “transcendentais”). Incorporar espaço e tempo na formulação (e prática) de um modo de planejamento tem este significado.

Segundo, e não por acaso, as três modalidades do planejamento localizam *no cotidiano* as potencialidades imanentes de um futuro para cuja realização (presenteificação) o planejamento poderia contribuir através da mobilização dessas forças do cotidiano, do “underground”<sup>25</sup>, da incorporação de experiências sociais desperdiçadas, de falas, atitudes e ações subversivas, insurgentes e mesmo do esforço em expandir o presente e limitar o futuro - o que parece um certo contrassenso. Diante das contradições das

<sup>23</sup> Para uma discussão mais aprofundada e detalhada, vide Randolph, 2009.

<sup>24</sup> Vide Limonad, 2016.

<sup>25</sup> Lefebvre, 2013.

sociedades capitalistas contemporâneas, a *potencialidade* de uma utopia social e, ao mesmo tempo, de uma utopia do planejamento que se torna elemento dessa utopia só serão encontradas nas manifestações sociais na periferia do sistema, no espaço concreto, na re-figuração do tempo enquanto presente e futuro.

Em outras palavras, os autores que foram aqui consultados, tanto em relação às “energias utópicas” como aqueles que contribuíram para a sistematização das abordagens do planejamento, identificam o cotidiano como esse tempo/lugar com as potencialidades procuradas. Ou seja, uma potencialidade do futuro que se anuncia no presente (e pode ter suas raízes no passado), mas que, dialeticamente, supera a projeção do presente como mera reprodução para o futuro na medida em que nele, no seu caminho em direção ao futuro, se realizam suas potencialidades.

### **Racionalidades, colonização/vampirização e subversão**

Conforme anunciado, foram realizadas, no item anterior, discussões *separadas* sobre a força do cotidiano, por um lado, e alguma promessa do planejamento, por outro. É agora a hora de juntar essas duas reflexões para elaborar, um primeiro esboço acerca de uma “utopia do planejamento” que possa contribuir, simultaneamente, para o “planejamento da utopia” que, por sua vez, é condição para a realização da “utopia do planejamento”.

No texto de Vaneigem, que já serviu com referencia para nossa discussão, o autor apresenta uma constelação (dialética) semelhante entre subjetividades e condições históricas e sociais:

“A força e extensão de uma linha de racionalidade nasce do encontro deliberado de dois polos sob tensão. É a faísca que sai do golpe entre subjetividade, que extrai a vontade de ser tudo do totalitarismo de condições opressivas, e a maneira histórica fulminante do sistema generalizada de mercadorias.

Conflitos existenciais não são qualitativamente diferentes daqueles inerentes a toda a humanidade. É por isso que os homens não podem esperar controlar as leis que regem a sua história geral se eles não podem controlar simultaneamente suas próprias histórias individuais. *Se você vai para a revolução e negligenciar o seu próprio eu*, então você está indo para trás, como todos os militantes. Contra o voluntarismo e a mística da revolução historicamente inevitável devemos espalhar a ideia de um plano de ataque e meios, tanto racional e apaixonado, nos quais *as necessidades subjetivas imediatas e condições contemporâneas objetivas estão dialeticamente unidas*”<sup>26</sup>.

Como conceituar então, esse é o desafio que Vaneigem coloca, a união dialética entre “necessidades subjetivas imediatas” e “condições contemporâneas objetivas”? Mas fornece uma pista quando fala de uma racionalidade que “nasce do encontro deliberado de dois polos sob tensão”.

Novamente com todas as ressalvas a respeito de perspectivas e posicionamentos diferentes entre os autores, é em Habermas onde se encontra uma abordagem a respeito da racionalidade cindida e articulada em dois polos. É na sua Teoria da Ação

---

<sup>26</sup> Vaneigem, 1967, cap. 25, tradução e grifos nossos; citado em Randolph, 2014, p. 47.

Comunicativa<sup>27</sup> que o autor postula uma profunda cisão entre duas formas de racionalidade no seio de sociedades capitalistas:

“uma chamada de comunicativa e voltada para o entendimento e a (re)produção de formas de convivência entre membros de uma sociedade orientada pela tradição, socialização e formação da personalidade. E uma outra racionalidade instrumental e abstrata onde a troca de informações preponderantemente quantitativas não podia ser chamada de comunicação e que orienta a ação exclusivamente para o alcance de metas e objetivos pré-estabelecidos através de cálculos entre meios engajados e resultados esperados. Tendencialmente, estas dariam origem a duas esferas na sociedade, cada uma construída a partir de uma dessas lógicas: uma esfera onde tradição, socialização e formação de personalidade acontece sob forte influência de processos comunicativos baseados na compreensão; mas, que não é alheia, totalmente, a uma certa instrumentalização que tem origem numa segunda esfera onde dominam os processos de racionalidade instrumental (mercado, economia, administração, Estado etc.). Se o primeiro lado pode ser nomeado de “mundo da vida”, esse segundo lado foi chamado por Habermas de ‘sistema’”<sup>28</sup>.

Assim, para Habermas, a contradição fundamental da sociedade capitalista não se expressa mais num confronto entre capital e trabalho<sup>29</sup>, mas na relação dos sistemas com o mundo da vida, e especialmente através do avanço do domínio da lógica instrumental-abstrata – a da mercadoria, da instrumentalização e das estratégias - sobre a lógica comunicativa-concreta, essa última expressa, primordialmente, na convivência social no cotidiano; avanço este que Certeau talvez ia chamar de “vampirização”.

Entretanto, colonização ou vampirização suscitaram, desde sempre, resistências e lutas de todas as formas.

“A luta operária é uma dessas expressões que se voltou contra a transformação completa – apesar do sucesso parcial do capital (“abstração real do trabalho”) – do trabalho em mercadoria; mas há muitas outras lutas que procuravam se contrapor, com sucesso, ao estabelecimento absoluto do domínio da lógica instrumental-abstrata na sua expressão de mercadoria (mercantilização da vida)”<sup>30</sup>.

Recuperando a ideia da força do cotidiano, Certeau contribui com uma reflexão sobre as acima mencionadas “maneiras de fazer”; elas

“constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões *análogas e contrárias* às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar saber como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-repetições que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presas nas redes de ‘vigilância’”<sup>31</sup>.

Pode-se distinguir dois processos de resposta contra essas formas de vigilância, colonização ou mesmo vampirização que serão chamados de resistência e subversão<sup>32</sup>.

---

<sup>27</sup> Habermas, 1981.

<sup>28</sup> Randolph. 2013.

<sup>29</sup> Como o foi na acima citada sociedade do trabalho.

<sup>30</sup> Randolph, 2015.

<sup>31</sup> Certeau 1998, p. 41.

<sup>32</sup> Vide Randolph, 2013 apenas para chamar a atenção para uma discussão entre revolução, insurgência e subversão que não precisa ser contemplada aqui.

Ambas devem ser compreendidas enquanto formas diferentes da racionalidade comunicativo-concreta a responder à racionalidade instrumental-abstrata. O que interessa no presente ensaio são formas de subversão a partir das quais vai se procurar encontrar a “utopia do planejamento”.

Tendo sua origem no cotidiano (mundo da vida), a subversão está voltada ativamente contra colonização e vampirização; suas características são aquelas que já foram mencionadas algumas vezes: astúcia e contra-disciplina; formas sub-repetícias e criativas de opor-se à colonização de relações sociais. São mobilizações e movimentos contra a mercantilização de relações sociais em sociedades capitalistas; até naquelas onde a consolidação desse modo de produção está apenas precária ou parcial, como é o caso brasileiro. Não são “revolucionárias” no sentido de realizar golpes de Estado. Subversão desestrutura e procura aniquilar, sim, ações do sistema que estão voltadas contra a lógica comunicativa, que pretendem enfraquecê-la como meio para levar adiante a colonização do mundo da vida.

Dentro do arcabouço aqui esboçada – seja de Habermas, Certeau ou Vaneigem -, a subversão

“pode ou mesmo precisa ser compreendida como uma *prática social cotidiana*, permanente, que faz parte da vida diária dos agentes sociais quando estes se dão conta das permanentes tentativas de colonização da vida pelos sistemas econômicos e burocráticos. Práticas subversivas são práticas contra-hegemônicas que, em última instância, procuram expandir a validade da lógica comunicativa-concreta para além das limitações impostas pelos sistemas”<sup>33</sup>.

Vale para a subversão aquilo que Vaneigem expressa no final de seu livro a respeito da revolta:

“O momento de revolta (...) é consagrado por nós no árduo trabalho de nossas vidas diárias; dias que milagrosamente retêm as cores deliciosas e o charme de sonho que – como a caverna de um Aladim, mágica e prismática em uma atmosfera muito própria – é inalienável nosso. *O momento de revolta é a infância redescoberta, o tempo objeto de uso de todos, a dissolução do mercado e o início da autogestão generalizada*”<sup>34</sup>.

Em relação ao aqui introduzido conceito de subversão pode ser afirmado o seguinte:

(i) a subversão como fenômeno social é parte constituinte de sociedades capitalistas contemporâneas e elemento da sua realidade – e não um constructo idealizada ou mistificado como seria, por exemplo para Habermas, a compreensão das atuais sociedades como sociedades de trabalho<sup>35</sup>; poderia, portanto, servir como base para a construção de uma utopia social *concreta* (conforme anteriormente elaborado);

(ii) a subversão compreendida como esforço contra-hegemônico se caracteriza, dialeticamente, pela sua potencialidade – parte de sua realidade – “expansionista” como é o caso de colonização e vampirização. Isto a coloca ao lado – se bem em oposição – às potencialidades do planejamento enquanto forças colonizadoras.

---

<sup>33</sup> Randolph, 2015.

<sup>34</sup> Vaneigem, 1967, tradução e grifos nossos, Randolph 2015.

<sup>35</sup> Por exemplo para Habermas a sociedade de trabalho que já não existe mais.

Em síntese, a apropriação do conceito de subversão parece permitir exatamente aquilo que foi considerado necessário para a proposição articulada e simultânea de duas utopias: uma utopia do planejamento em base das forças subversivas do cotidiano (enquanto energias utópicas) e a utopia social que conta para sua consolidação com o exercício desse planejamento.

### **Lógicas comunicativa e estratégica de ações subversivas**

Entretanto, mesmo com a indicação dessa potencialidade da subversão, ainda há de se pensar como ela realmente pode contribuir para criar um “utopia do planejamento” sem que esta “utopia” não se prestasse a um mero “mito”<sup>36</sup> de uma nova sociedade – e, no fundo, apenas reproduz, disfarçadamente, a sociedade presente.

Pois, surgem aí as seguintes questões fundamentais: qual a “racionalidade” de alguma ação subversiva que é supostamente comunicativa e surge d/no mundo da vida (do agir comunicativo), mas precisa expressar alguma estratégia ou ter, de alguma forma, um “objetivo instrumental” na medida em que procura combater a esfera onde domina a racionalidade instrumental? Quais as armas e o poder desse “combate”? Será que opor-se à lógica instrumental-abstrata não exige entrar nessa mesma lógica?

É neste momento que se volta ao questionamento anteriormente debatido: este fenômeno social chamado de subversão apenas pode contribuir para uma utopia concreta do planejamento se, simultaneamente, abre uma perspectiva (horizonte) para um nova sociedade. Se não o faz, ações subversivas serão apropriadas, rapidamente, em prol de uma reprodução ou mesmo aperfeiçoamento da sociedade atual.

Dentro do arcabouço do pensamento habermasiano aqui adotado, o elemento crucial à criação de uma utopia do planejamento baseada em ações subversivas é a diferenciação entre lógica comunicativa e lógica instrumental. Uma nova sociedade (sua utopia) só surgiria, certamente, se a oposição entre essas lógicas fosse alterada. E a subversão pretende contribuir exatamente para isto – é esta a potencialidade que se atribui a ela.

Um dos grandes problemas do planejamento, desde Weber e Mannheim, estava relacionado a distinção entre fato e valor. “Como discutir valores, intenções, motivos etc. ... no próprio processo do planejamento. Manifestações de valores, intenções, motivos, crenças etc. não podiam ser tratadas racionalmente – dentro de uma lógica instrumental, abstrata e positivista”<sup>37</sup>. São essencialmente fenômenos oriundos do mundo da vida e só podem ser compreendidos dentro do âmbito da sua lógica comunicativa – o que os torna de caráter profundamente irracional e impossível a serem acessíveis a um debate racional (isto é, ao planejamento)<sup>38</sup>.

Para poder tratar esses assuntos, Habermas introduz uma “guinada pragmática” na linguística que leva ao abandono da “verdade” e à distinção entre “fato” e “valor” que permite romper com o paradigma positivista-instrumentalista voltado para fatos do planejamento, e incluir o debate sobre valores, normas, regras e motivações como

---

<sup>36</sup> Limonad, 2016.

<sup>37</sup> Randolph, 2015.

<sup>38</sup> Brown, 1987.

prática essencial.

Com isto a validade de discursos (sua pretensão de validez) não está mais determinada pela relação da linguagem com o mundo objetivo – ou seja, não é mais um questão do fato e da verdade. Assim, a lógica comunicativo-concreta que rege o mundo da vida não pode ser compreendida através de uma mera semântica da *verdade* dos atos de fala (relacionada à correspondência entre fala e mundo objetivo) que se torna estreita demais; o que estão em jogo são as pretensões de validez embutidas nos atos de comunicação (falas), o que leva à introdução da *sinceridade subjetiva* e da *correção normativa* como conceitos para a sua validade. Simplificando, atos de fala são proferidos de *modo sincero* quando, na perspectiva dos participantes, o falante realmente *quer dizer aquilo que diz*. Ou, de modo *insincero*, em caso contrário. Basta apontar aqui, rapidamente, que essa guinada pragmática tem consequências importantes para a compreensão do agir subversivo no atual ensaio<sup>39</sup>.

O agir subversivo, essa a compreensão neste ensaio, terá características parecidas com as do agir comunicativo na fase da *definição de estratégias* de combate antes de se tornar estratégico no momento da sua *realização (execução da ação)*. Conforme introduzido há pouco, compreensão e consenso a respeito de ações não podem ser mais obtidos em relação a meras “verdades” compartilhadas intersubjetivamente e baseadas na relação da fala com o mundo objetivo. Apelar a essa “verdade” (objetiva) é, aliás, uma estratégia muito comum do planejamento e dos planejadores (tradicionais) nas tentativas de colonização quando os “especialistas” se advogam ser os “donos da verdade” (sobre determinada realidade e seu futuro), inclusive apoiando-se em conhecimento científico.

Portanto, a preparação de ações (falas) subversivas depende da verdade (pragmática) de qualquer ação; isto é, das *relações de sinceridade e correção* entre estes agentes. Preservar sinceridade e correção é essencial para não colocar em risco a própria força do cotidiano, que tem sua origem, em última instância, no reconhecimento coletivo – por meio da racionalidade comunicativa – da ameaça da colonização e da vampirização. Na hora da decisão sobre ou da adesão a uma ação subversiva a falta de sinceridade subjetiva e correção normativa levará infalivelmente à infiltração nessas relações de uma racionalidade latentemente estratégica em que uma parte se tornará meio para o alcance de determinados fins. Essa forma de “instrumentalizar” relações significa trair a causa da subversão porque resultará num avanço da própria racionalidade instrumental no cotidiano.

A preservação da racionalidade comunicativa nesses momentos iniciais de luta não é nada trivial, pois, ao contrário do agir comunicativo voltado à compreensão mútua entre agentes, o subversivo não pode ter meramente essa finalidade, mas uma ação conjunta entre agentes do mundo da vida voltado contra os sistemas cujas contradições orientam suas ações. No momento da interação propriamente dita, o agir subversivo se assemelha, aparentemente, ao agir instrumental: o agir tem um fim – que é a subversão – e necessita de certos meios para seu alcance.

Ou seja, ao observar os dois momentos de formulação e realização de ações

---

<sup>39</sup> Para uma discussão mais aprofundada, vide Randolph, 2015.

subversivas, aparecem seu caráter híbrido porque necessita, num primeiro momento, assegurar a racionalidade comunicativa para elaborar a *verdade pragmática* de sua ação; e no segundo momento da execução e interação com o sistema, a eficácia da ação enquanto subversiva depende, em boa parte, de uma “programada incompreensão do seu significado por parte de agentes do sistema. Essa incompreensão não se deve a falhas subjetivas de determinados agentes, mas é estruturalmente programada porque apenas o “agente do mundo da vida” – como antigamente o proletariado – tem realmente condições de compreender a sociedade, a partir de sua experiência, na sua totalidade (especialmente na sua totalidade contraditória); o “agente do sistema” interpreta a sociedade a partir de sua perspectiva instrumental e, apesar de achar que também a compreende na sua totalidade (eis a origem de sua ideologia), apenas a entende parcialmente – e se torna, por isso, suscetível a determinadas incompreensões programadas que se aproveitam dos *black spots* nessa sua compreensão.

Nos termos de Habermas esse caráter híbrido (entre racionalidade comunicativa e racionalidade estratégica latente) do agir subversivo enquanto atos de fala iam permitir aproveitar ambiguidades da própria língua para criar, proposital e “comunicativa”-mente, mal-entendidos dirigidos a subverter ações criadas por meio de uma racionalidade instrumental.

Portanto, a subversão – uma anti-disciplina - deve ser dirigida às expressões concretas de contradições que se expressam de uma forma variada em diferentes contextos sociais, temporais e territoriais. Tendo em vista a contradição, as maiores fontes de subversão se encontram na vida diária e na experiência cotidiana daquelas classes ou segmentos sociais que, na sua experiência concreta, conseguem perceber as contradições – que se expressam, muitas vezes, através do desencontro entre discursos oficiais da burocracia (do Estado) e sua atuação concreta.

Ao observar o caminho a utopia do planejamento e suas fases e logicas distintas, percebe-se que a criação de ações subversiva só pode ser bem sucedida se contribui, simultaneamente, para transformações sociais que se expressam tanto nas falas de agentes sociais como em suas ações. Já foi frisado antes, a realização (concretização; presentificação) das potencialidades presentes na realidade, mas apontando para o futuro, é contingente. No caso aqui discutido, sem um avanço simultâneo em ambas as frentes – da criação de um novo planejamento e da realização de uma coincidente transformação social – nenhuma das duas utopias terá chance de se realizar; ao contrário, as ações terão um caráter (latentemente) estratégico que apenas vai contribuir para a reprodução do status quo – algo que, em princípio, todos os planejamentos tradicionais fizeram.

### **À título de uma primeira articulação: o contra-planejamento como utopia?**

Com isso chegamos a um ponto que vai permitir uma explicitação mais aprofundada da reflexão sobre o planejamento. Como vimos, o próprio processo de preparação de ações coletivas subversivas significará em si transformações importantes da vida cotidiana das pessoas – uma primeira prova de uma utopia num âmbito protegido pela incapacidade do sistema de tornar a colonização absoluta e total.

Ao voltar ao debate trazido por Santos, avançar no estabelecimento de uma “utopia do planejamento” precisaria ser compreendido como um caminho de realizar, *na práxis*, da expansão do domínio tanto das experiências sociais *já disponíveis* (pela sociologia das ausências; aumentando o presente), quanto das experiências sociais *possíveis* (pela sociologia das emergências, retração do futuro). Ou seja, ser acompanhado por transformações sociais relacionadas à temporalidade da sociedade.

“A multiplicação e diversificação das experiências disponíveis levantam dois problemas complexos: O problema de extrema fragmentação ou atomização do real e o problema, derivado do primeiro, da impossibilidade de conferir sentido à transformação social”<sup>40</sup>.

A solução proposta por Santos, dentro da sua concepção de razão, estaria numa “tradução” que é um procedimento

“que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum dos conjuntos de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea”<sup>41</sup>.

Outro autor inclui nesta consideração, além de ações subversivas, experiências de insurreição que, conforme Bey<sup>42</sup>, se referem a “momentos proibidos” da História. Como diz este autor,

“(…) diferentemente da revolução, o levante, a insurreição é temporária. Neste sentido, um levante é como uma experiência de pico (peak experience); oposta à consciência e à experiência ordinárias. Como festivais, os levantes não podem acontecer a cada dia – senão não seriam não ordinários”<sup>43</sup>.

Apesar do seu ceticismo em relação à insurreição como colisão frontal com o Estado, que aqui compartilhamos, Bey não descarta a possibilidade da insurreição contribuir para a transformação social. Pois, estes momentos de muita intensidade dão forma e sentido à totalidade da vida. “O *mago* volta – não se pode ficar no topo do telhado para sempre –, mas as coisas mudaram, deslocamentos e integrações ocorreram – uma *diferença* foi realizada”<sup>44</sup>.

É difícil prever, até aonde ações subversivas ou insurgentes podem levar ao fortalecimento da lógica comunicativa-concreta *fora* do mundo da vida (vide experiência como a economia solidária e outras). Utilizando como analogia a discussão de Lefebvre sobre as contradições do “espaço abstrato”<sup>45</sup> e da passagem para um “espaço diferencial”, pode-se conjecturar que, provavelmente, mesmo uma transformação radical da sociedade capitalista não levará a uma inversão de hegemonia e domínio ao ponto que a lógica ou racionalidade comunicativa-concreta ocupe o lugar da lógica instrumental-abstrata. Mas, poderia surgir uma racionalidade nova que seja, de alguma maneira, *diferencial* ou seja uma superação dialética dessa trajetória do planejamento acompanhada por transformações sociais correspondentes.

---

<sup>40</sup> Santos, 2003, p. 29.

<sup>41</sup> Santos, 2003, p. 30.

<sup>42</sup> Bey, 1985.

<sup>43</sup> Randolph, 2014, p. 43.

<sup>44</sup> Randolph, 2014, p. 43; grifo do autor.

<sup>45</sup> Lefebvre, 2013, p. 385 *et seq.*



Pela hipótese aqui adotada, este “novo” planejamento não pode significar meramente nenhum um novo discurso ou nova concepção do planejamento ou, mesmo, nenhum planejamento com um discurso novo. Poder-se-ia pensar num planejamento como *práxis* que estaria baseado naquele espaço social *em sua totalidade*. Ou seja, uma nova forma que possa permitir a incorporação da ação subversiva *para além de meras representações e do simbólico* (do espaço). Sem poder aprofundar esse raciocínio por ora, acredita-se que o conceito (da produção social) do *espaço social* de Lefebvre<sup>46</sup> poderia ser apropriado aqui para permitir uma superação (dialética) do simbólico através de sua “incorporação” numa “triade” que está composta por um movimento dialético entre *representações discursivas sobre o espaço* dos especialistas (arquitetos, urbanistas, planejadores), os *espaços de representações* daqueles que o experimentam e vivenciam diariamente e de suas *práticas espaciais* que, como diz, “secretam” este espaço<sup>47</sup>. Ao contrário de uma interpretação anterior<sup>48</sup>, descarta-se aqui qualquer forma de tradução das experiências cotidianas em alguma língua mais técnico-científico para que possa ser aproveitadas no planejamento.

A *práxis* do planejamento poderia ser visto com aquilo que Vaneigem chamou de “unificação de práticas subversivas com condições objetivas da sociedade” – da necessidade de ter algum tipo de articulação das agências subversivas no mundo da vida com um componente estrutural que as unifique. Essa *práxis* de unificação poderia ser considerada semelhante, se bem contrária, àquelas práticas que foram chamadas de “planejamento”. Contrário porque um planejamento como a mencionada “*práxis* unificadora” tem como finalidade de se opor – e não mediar – à lógica instrumental-abstrata e, com isso, fortalecer a *lógica comunicativa tanto dentro do mundo da vida como na subversão do sistema*. É nesse sentido que não seria “revolucionário”, mas também não apenas insurgente. Comparado com a comunicativa, esse “contra-planejamento” tem algo de “pós-moderno” porque não tem “projeto”. É mais um caminho que se constrói caminhando.

A necessária incorporação das condições sociais objetivas (contraditórias) na formulação do planejamento, como já foi observado por ocasião da diferenciação entre seus três modos no Quadro 1, não permite estabelecer um novo tipo ou modelo de planejamento que seja *subversivo*. Isto também é exatamente a consequência da incorporação da subversão como elemento central (mas particular) da realidade social. Pode-se falar de um “o contra-planejamento” na medida em que é um planejamento não apenas “às avessas” do planejamento tradicional.

Tendo como pressuposto que as “energias utópicas” emergem do cotidiano com toda sua força de contestação, anti-disciplina, astúcia, insurreição e subversão, um novo planejamento significa a superação (dialética) de modos anteriores e, para tal, incorpora quase que “existencialmente” a organização e explicitação das contradições internas às sociedades capitalistas contemporâneas: aquela que se desloca da contradição (dialética) entre capital e trabalho para uma bem mais profunda e, bem que se diga, perigosa: aquela entre a vida humana e os mecanismos instrumentais e abstratos que é ao mesmo tempo “infra-“ e “superestrutura”: relação de produção e regulação política da sociedade.

---

<sup>46</sup> Lefebvre, 2013.

<sup>47</sup> Lefebvre, 2013, p. 97-98.

<sup>48</sup> vide Randolph, 2007.

Assim, a “negação” do planejamento, como quer a proposta subversiva, não é nada mais do que um planejamento; mas um “contra-planejamento”. E esse contra-planejamento não é uma hipótese abstrata ou apenas uma mera “potencialidade” – como também não o são as práticas subversivas; ele existe realmente e precisa ser reconhecido, fortalecido e (nem tanto) divulgado. Algo que foge completamente ao âmbito deste pequeno ensaio.

## Bibliografia

BEY, H. *The temporary autonomous zone*. s.a., 1985  
<<http://hermetic.com/bey/taz3.html#labelThePsychotopology>> Acesso em: 15 dez. 2014.

CERTEAU, M.de *A invenção do cotidiano*. 3ªed, Petrópolis: Editora Vozes, 1998

BROWN, R. H. Social planning as symbolic practice: toward a liberating discourse for societal self-direction. *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 2, n. 1, p. 13-37, 1987.

HABERMAS, J. A nova intransparência. A crise do Estado do Bem-Estar e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, setembro 1987, pp. 103-114

HABERMAS, J. Sobre a crítica da teoria do significado. In. : HABERMAS, J., *Pensamento pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a. p. 105-134.

HABERMAS, J. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida. In: HABERMAS, J., *Pensamento pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b. p. 65-103.

LEFEBVRE, H. *La producción de le espacio*. Madrid: Capitán Swing Livros S.L., 2013.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?. In: Geraldo Magela Costa, Heloisa Soares de Moura Costa, Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 71-102.

LIMONAD, E. *Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da hidra de Lerna*. Rio de Janeiro, mimeo, 2016

RANDOLPH, R.. Do planejamento colaborativo ao planejamento ?subversivo?: Reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. 245, p. 85-98, 2007.

RANDOLPH, R.. A nova perspectiva do planejamento subversivo e sua (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional? O caso brasileiro *Scripta Nova (Barcelona)*, v. Vol. X, p. 98-110, 2008.

RANDOLPH, R. *Formação de planejadores subversivos no Brasil? Um pequeno confronto entre uma nova proposta do planejamento e a prática de formação de planejadores urbanos nos cursos de pós-graduação no Brasil*. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis / SC. Planejamento e gestão do território. Escalas, conflitos e incertezas. Florianópolis: ANPUR - UFSC, 2009. v. 1. p. 154-168.

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como “práxis”- uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: Ester Limonad; Edna Castro. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014, p. 40-57

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contra-planejamento. In: Geraldo Magela Costa; Heloisa Soares de Moura Costa; Roberto Luis de Melo Monte-Mór. (Org.). *Teorias e práticas urbanas. Condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 103-127.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003; acessível através da página na internet: <[http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf)>

SANTOS, B. S. A critique of lazy reason: Against the waste of experience. In WALLERSTEIN, I. (Ed.), *The Modern World-System in the Longue Durée*. Londres: Paradigm Publishers, 157-197, 2004; acessível através da página na internet: <[http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/A critique of lazy reason.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/A%20critique%20of%20lazy%20reason.pdf)>

VANEIGEM, R. *The revolution of everyday life: the reversal of perspective*, 1967 disponível em: <[http://library.nothingness.org/articles/SI/en/pub\\_contents/5](http://library.nothingness.org/articles/SI/en/pub_contents/5)>